



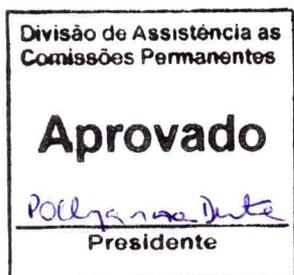
ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão Permanente de Constituição Justiça e Redação



Ata



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2019.

Às quinze horas do dia dezenove de março do ano de dois mil e dezenove, no Plenário Antônio Mariz, sob a presidência da deputada Pollyanna Dutra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta. Havendo número regimental, a presidente deputada Pollyanna Dutra “em nome de Deus e do povo paraibano declarou abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Permanente de Constituição, Justiça e Redação, que contou com as presenças dos membros: deputado Ricardo Barbosa, vice-presidente; deputado Tovar Correia Lima, deputada Camila Toscano, deputado Felipe Leitão e o deputado Taciano Diniz. Ato contínuo, a presidente convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, a quem solicitou a leitura do Expediente que constou; a leitura da Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de março de 2019 e da 30ª Reunião Ordinária da Legislatura passada. As Atas foram aprovadas por unanimidade e sem restrições e também, leu o Edital de Convocação para esta reunião, recebeu um Memorando do deputado Tovar Correia Lima e também, constaram dois Requerimentos de solicitação de inclusão de pauta um do Deputado Taciano Diniz solicitando inclusão de pauta da PEC 04/2019 de autoria do deputado Nabor Wanderley e outros, 19 (dezenove) deputados e outro do deputado João Gonçalves o Projeto de Lei nº 98/2019. A senhora presidente acatou as inclusões, em seguida, iniciou a Ordem do Dia e passou a palavra para a secretária, deputada Camila Toscano. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 15/2019 de autoria do deputado Galego Souza –Dispõe sobre a inclusão de nome do Presidente da Câmara Municipal



nas placas de inauguração de obras públicas estaduais, nos municípios do Estado, e dá outras providências. O relator deputado Tovar Correia Lima, em substituição ao deputado Felipe Leitão, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 05/2019 do deputado delegado Wallber Virgolino - Autoriza a cessão das armas de fogo utilizadas em serviço aos servidores civis e militares das carreiras de Segurança Pública após aposentadoria, reserva ou reforma. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão, o relator enfatizou que os pareceres são emitidos pela Assessoria Técnica desta Casa com muito zelo e competência, mas no plenário irá manifestar seu apoio a este Projeto o qual considera de suma importância para os policiais aposentados e sugeriu ao autor da propositura que entrasse com um recurso. O deputado Wallber Virgolino após saudar os presentes, disse que no plenário irá defender este projeto que considerava ser constitucional, pois não trazia gastos para o governo e será apenas uma concessão enquanto o policial estiver vivo, depois será devolvido, pela família, o bem público ao Estado. Disse ainda, que o policial precisava se proteger quando se aposentar e com o salário que recebe não tinha condições de adquirir uma arma. Neste sentido, solicitou aos colegas parlamentares apoio para que este projeto seja aprovado. Os deputados Cabo Gilberto, Tovar Correia Lima e Camila Toscano se solidarizaram com o autor da propositura e disseram que era uma causa muito justa. Já o deputado Taciano Diniz foi de opinião quando se concede um bem público, mesmo que seja uma cessão demanda despesa para o estado. Mas, sugeriu que fosse feito um Requerimento de Indicação para o governador. Não havendo mais quem quisesse discutir, em votação. O parecer foi aprovado por 3 (três) votos favoráveis dos deputados Ricardo Barbosa, Taciano Diniz e Pollyanna Dutra e dois contras dos deputados Tovar e Camila. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 08/2019 do deputado delegado Wallber Virgolino - Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.379, de 02 de dezembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado delegado Edmilson Soares, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. A senhora presidente acatou o pedido de Adiamento do deputado Ricardo Barbosa, para o Projeto de Lei nº 12/2019 do deputado Wallber Virgolino - Revoga a Lei nº 11.244, de 13 de dezembro de 2018, que Reconhece de Utilidade Pública a Cruz Vermelha Brasileira - Filial do estado da Paraíba, localizada no município de João Pessoa, neste Estado. Discussão e votação do Projeto de Lei

*R*



nº 16/2019 do deputado Manoel Ludgério - Dispõe sobre a transmissão ao vivo, por meio da internet, no Portal da Transparência, dos processos licitatórios realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado da Paraíba. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade com Emenda Modificativa. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 17/2019 do deputado Nabor Wanderley - Revoga o inciso IV, do art. 59, da Lei nº 11.140, de 09 de junho de 2018 e determina outras providências. Apenso ao Projeto de Lei 29/2019. O Relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Júnior Araújo, proferiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, a deputada Camila Toscano disse que também elaborou um Projeto com esta propositura, mas quando foi protocolar já havia este. Acrescentou que proibir a inseminação artificial de animais seria um retrocesso para a Paraíba, por isso, que este projeto é muito importante para o setor pecuário. Não havendo mais quem quisesse discutir, em votação. O parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 18/2019 do deputado Nabor Wanderley - Dispõe sobre a institucionalização das Delegacias Especializadas de Proteção do Meio Ambiente e Defesa Animal do Estado da Paraíba, e determina outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Edmilson Soares, proferiu parecer pela inconstitucionalidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. A pedido do autor da propositura foi retirado de pauta o Projeto de Lei nº 19/2019 do deputado Nabor Wanderley - Dispõe sobre a docência em Educação Física, na educação infantil, no ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e particulares do Estado da Paraíba e dá outras providências. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 20/2019 do deputado Nabor Wanderley - Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação da Lei nº 13.718/2018, que dispõe sobre importunação sexual contra as mulheres, de forma legível e aparente ao público nos trios elétricos, camarotes, restaurantes, bares, boates, casas de shows e congêneres no Estado da Paraíba, e dá outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 21/2019 do deputado Jeová Campos - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, postos de saúde e clínicas, públicos ou privados, situados no Estado da Paraíba, afixarem cartaz informando o disposto na Lei Estadual nº 11.025/2017, e dá outras providências. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o deputado Felipe Leitão pediu desculpas por ter chegado atrasado nesta reunião. Dando continuidade, o deputado Felipe Leitão



pediu Adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei nº 22/2019 do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre a obrigatoriedade na utilização de aeronaves do Governo do Estado da Paraíba e da Polícia Militar do Estado para o transporte das equipes de captação de órgãos para transplantes. Discussão e votação do Projeto de lei nº 23/2019 do deputado Ricardo Barbosa - Institui o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Berdon. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Foi retirado de pauta, a pedido do autor da propositura, o Projeto de Lei nº 24/2019 do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre a implantação de dispositivo chamado "Boca de Lobo Inteligente", no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 25/2019 do deputado Ricardo Barbosa - Proíbe as instituições financeiras, no âmbito do Estado da Paraíba, de ofertar e celebrar contrato de empréstimo financeiro com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 26/2019 do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre equipamentos (brinquedos) adaptados para crianças com deficiência em áreas de lazer no Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora deputada Pollyanna Dutra proferiu parecer pela constitucionalidade. O parecer foi aprovado, sem discussão, por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 27/2019 do deputado Raniery Paulino - Institui o Programa de Estímulo à Literatura de Cordel nas Escolas da Rede Pública e Privada do Estado da Paraíba. APENSO O PROJETO DE LEI 46/2019. A relatora deputada Pollyanna Dutra proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 28/2019 do deputado Jeová Campos - Denomina de médico e ex-Deputado Estadual Dr. Epitácio Leite Rolim, o edifício sede do Instituto de Polícia Científica - IPC, situado no Bairro Agrovila, na cidade de Cajazeiras. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade, o qual, sem discussão foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 30/2019 do deputado Raniery Paulino - Dispõe sobre a proibição de Postos de Combustíveis, instalados no Estado da Paraíba, continuarem o abastecimento de combustível em veículos após o acionamento da trava de segurança da bomba de abastecimento. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Júnior Araújo, proferiu parecer pela prejudicialidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 31/2019 do deputado Raniery Paulino - Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de medidas com fins



educativos para reparação de danos causados ao ambiente escolar no Estado da Paraíba. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, parecer foi aprovado por unanimidade.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 32/2019 do deputado Júnior Araújo -

Proíbe a oferta de "embutidos" na composição da merenda de escolas e creches da rede pública estadual e dá outras providências. A relatora deputada Pollyanna Dutra proferiu parecer pela constitucionalidade, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 33 do deputado Júnior Araújo - Acrescenta o § 2º ao art. 14 da Lei Estadual nº 7.131/02, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e dá outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa, em substituição ao deputado Edmilson Soares, proferiu parecer pela prejudicialidade, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de lei nº 34/2019 do deputado Ricardo Barbosa - Institui a Semana Estadual de Incentivo ao ciclismo no calendário oficial do Estado da Paraíba. O relator deputado Tovar Correia Lima, em substituição ao deputado Edmilson Soares, proferiu parecer pela constitucionalidade, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. O deputado Tovar Correia Lima pediu Adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei nº 35/2019 do deputado Cabo Gilberto Silva - Determina que as viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública sejam dotadas de blindagem balística. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 38/2019 do deputado Caio Roberto - Institui o auxílio-moradia ao policial militar, policial civil e agente penitenciário nos casos em que especifica. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela inconstitucionalidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 39/2019 do deputado Tovar Correia Lima - Dispõe sobre a remoção da agente de segurança pública durante o período de gestação ou de aleitamento materno. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela inconstitucionalidade, por vício de iniciativa. Em discussão, o autor da propositura discordou do parecer e o deputado Taciano Diniz disse que a intenção era boa, mas gerava despesas para o estado. Em votação, o parecer foi aprovado por 4 (quatro) votos favoráveis e dois (2) contras dos deputados Tovar e Camila. A pedido do autor foi retirado de pauta o Projeto de Lei nº 40/2019 do deputado Tovar Correia Lima - Institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e dá outras providências. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 41/2019 do deputado Tovar Correia Lima - Torna obrigatória a publicidade no site do Governo do Estado da Paraíba e no Diário Oficial do Estado das prioridades aprovadas nas Audiências Públicas do Orçamento Democrático Estadual e dá outras providências. O relator deputado Ricardo Barbosa proferiu parecer pela



constitucionalidade. Ressaltou que relatou parecer contrário da assessoria técnica. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a senhora presidente informou que colocará na pauta, neste momento, as duas solicitações feitas no início da reunião. Logo após, passou a palavra para a secretária, deputada Camila Toscano. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 98/2019 do deputado João Gonçalves – Concede Título de Cidadão Paraibano ao General de Divisão Luís Antônio Duizit Brito, Comandante da 7ª Região Militar – Região Matias de Albuquerque, localizado na cidade de Recife, Estado de Pernambuco pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação da PEC 04/2019 de autoria do deputado Nabor Wanderley e outros, 19 parlamentares – Altera os Arts. 168 e 169 da Constituição Estadual, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária específica. O relator deputado Felipe Leitão emitiu parecer pela admissibilidade. Antes da presidente colocar em discussão, o deputado Ricardo Barbosa pediu vistas. A deputada Camila Toscano argumentou que não havia mais prazos, teria que ser votada nesta sessão. O deputado Ricardo Barbosa disse que sabia da importância desta PEC, por isso, estava pedindo vistas, para poder analisar melhor e também, era uma prerrogativa do parlamentar e estava usando desse direito. Diante do impasse, a senhora presidente suspendeu por dez minutos a reunião para consultar o Regimento Interno e a Assessoria Técnica. Após o tempo concedido, foi reiniciado os trabalhos, a senhora presidente disse que conforme o Regimento Interno poderá ser pedido vistas se a matéria não for de caráter de urgência e relevância, que era o caso desta matéria. Então, baseada no RI foi concedido o pedido de vistas ao deputado Ricardo Barbosa. A deputada Camila disse que o prazo era de cinco dias para ser apreciada a PEC, e este prazo já terminou, agora com esta autorização, foi aberto precedente perigoso. O deputado Tovar Correia Lima concordou com a deputada Camila e acrescentou que a presidente agiu de forma democrática com o deputado Ricardo Barbosa. O deputado Cabo Gilberto se acostou as palavras do deputado Tovar e da deputada Camila. Não havendo mais quem quisesse falar, a senhora presidente manteve a solicitação do pedido de vistas. Em seguida, a secretária deputada Camila Toscano retornou a pauta anterior. Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 01/2019 do deputado Manuel Ludgério - rio - Concede a Medalha Epitácio Pessoa ao Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e dá outras providências. O relator deputado Tovar Correia Lima, proferiu parecer pela constitucionalidade, o qual, sem discussão foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de resolução nº 05/2019 do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre a Concessão



da Medalha Epitácio Pessoa ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba João Azevedo Lins. O relator deputado Felipe Leitão, em substituição ao deputado Júnior Araújo., proferiu parecer pela constitucionalidade, sem discussão, o parecer foi aprovado com 4 (quatro) votos favoráveis e (2) duas abstenções dos deputados Tovar Correia Lima e Camila Toscano. Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 06/2019 do deputado João Gonçalves e do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre a concessão da Medalha Governador Antônio Mariz ao Advogado Inaldo Rocha Leitão, que exerceu cargos de Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, Governador Interino da Paraíba e Deputado Federal e dá outras providências. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade, sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 09/2018 do deputado Jeová Campos - Concede a Medalha Augusto dos Anjos ao Ilustre Senhor José Mota Victor, e dá outras providências. O relator deputado Felipe Leitão proferiu parecer pela constitucionalidade, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. O relator deputado Felipe Leitão, em substituição ao deputado Júnior Araújo, pediu Adiamento da discussão e votação do Projeto de Resolução nº 10 da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa - Altera dispositivos do Regimento Interno da Casa e dá outras providências. A senhora presidente informou que toda a pauta foi apreciada, agradeceu a presença de todos e marcou a próxima reunião para a próxima terça-feira às catorze horas e trinta minutos. Lavrando a presente Ata, a redatora Adriana de Menezes Leite, Assistente Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela presidente deputada Pollyanna Dutra, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 19 de março de 2019.

  
Deputada Pollyanna Dutra  
Presidente